

PROFISSIONALIDADES E MOBILIDADES NAS METRÓPOLES PORTUGUESAS

Catarina Sales Oliveira

Resumo No cenário atual de profundas mutações a nível socio-laboral, este artigo explora a relação entre profissionalidades e mobilidades como resultado e simultaneamente lugar dessas mutações. Sendo o acentuar da mobilidade dos grupos humanos uma das tendências fortes do século passado com continuidade para o presente, essa variável articula-se de forma particularmente expressiva com os contextos de trabalho, com particular ênfase nas áreas metropolitanas. Utilizando uma abordagem metodológica complementar de conjugação de técnicas qualitativas e quantitativas, estudámos a relação de concomitância entre profissionalidade e mobilidade e os resultados permitem-nos afirmar que a (auto) mobilidade é uma tendência forte dos actuais padrões de vida das classes médias metropolitanas portuguesas.

Palavras-chave Profissionalidade, Mobilidade, Terciarização, Metrópoles.

1. Complexificação do trabalho em Portugal no contexto da sociedade da informação e do conhecimento

O século passado assistiu a importantes alterações socioeconómicas: depois de uma primeira metade marcada pelos dois conflitos mundiais, o período pós Segunda Guerra Mundial desencadeou mudanças sociais assinaláveis sobre as quais vários pensadores sociais teorizaram elencando o aparecimento de novos paradigmas explicativos.

Manuel Castells destaca-se pela produção científica sobre o tema da sociedade da informação ou sociedade em rede e pode ser considerado o criador do termo “informacionalismo” (Castells, 2002). O “informacionalismo” traduz-se num novo modelo de desenvolvimento social moldado historicamente pela reestruturação do modo capitalista de produção no final do século XX e tornado viável pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e conhecimento (TIC).

O desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal tem sido particularmente estudado por Gustavo Cardoso. As suas principais conclusões apontam para Portugal como um país em processo de transição de uma sociedade industrial para uma sociedade da informação.¹ Sendo um país de múltiplas afiliações em redes (sociais, organizacionais e de comunicação) procura adaptar-se às condições de uma economia global em mudança. Os países em processo de transição caracterizam-se por ter geralmente melhores resultados ao nível do conhecimento tecnológico do que das infraestruturas, o que significa que, entre outras características típicas, geralmente possuem potencial cognitivo mas enfrentam dificuldades operacionais (Cardoso, 2005).

Anteriormente já outros autores tinham caracterizado as particularidades do desenvolvimento nacional: nos anos 60 do século passado, Sedas Nunes referia o

¹ Uma sociedade da informação é uma sociedade que possui uma sólida tecnologia da informação, uma economia dinâmica, bem-estar social (cuja expressão empírica corresponde às áreas da Saúde e Educação) e valores sociais vigentes expressivos de uma pós-modernidade (Cardoso, 2005).

desenvolvimento em Portugal de dois espaços simultâneos - um moderno e um tradicional, causados por alguns fatores estruturais do país (Sedas Nunes em Medeiros, 1994). Fernando Medeiros reviu a teoria do dualismo estrutural adaptada ao caso português, caracterizado por um processo de modernidade tardia, pós revolução de 1974². Boaventura Sousa Santos caracterizou Portugal como uma sociedade semiperiférica, que negocia a sua posição no sistema mundial e tem representações do “centro” mas também da “periferia”, porque articula práticas sociais com universos simbólicos muito discrepantes (Santos, 1993). Costa e Viegas (1998) referem a singularidade do processo português de transição para a modernidade salientando outros fatores que o distinguem, entre eles um processo tardio de terciarização das atividades económicas concomitante com a feminização da população ativa.

1.1 A Terciarização e a profissionalidade nos serviços

Ao nível da estrutura da produção e do emprego do chamado mundo ocidentalizado, a partir da segunda metade do século passado evidenciou-se a tendência para o que se tem vindo a chamar o processo de terciarização. Este consiste na passagem de uma sociedade estruturada pelo modo de produção industrial para uma sociedade assente numa lógica de serviços. Segundo Maruani (1993), o *terciário* foi a tendência longa do século XX, pelo que se torna necessário entender as repercussões na organização do trabalho e na organização social da passagem de uma sociedade de trabalhadores e trabalhadoras *blue collar* para uma população maioritariamente de *white collars*, com tudo o que tal acarreta em termos de dinâmicas da estrutura social.

A passagem para uma sociedade predominantemente terciarizada deu-se na Europa a partir da segunda guerra mundial, mas em Portugal, por razões políticas e económicas, este processo eclodiu tardiamente. Não obstante, e em consonância com as tendências europeia e mundial, o predomínio do sector terciário na estrutura económica portuguesa tem vindo a crescer: em 2001 cerca de 53% da população empregada trabalhava nos serviços enquanto em 2011 representava 62,8% (PORDATA e INE, 2012).

Apesar do seu início tardio, o processo de terciarização português está hoje perfeitamente implantado (Costa e Viegas, 1998). A terciarização portuguesa deve ser pensada em articulação com outros processos de transformação do tecido social como a feminização³, o aumento da escolaridade e a elevação da importância do conhecimento e da informação no trabalho. O peso das qualificações de nível médio e superior na população ativa do sector terciário aumentou sobretudo a partir da década de 80 do século passado, o que permitiu o crescimento de uma nova classe média composta por ativos e ativas escolarizado/as.

² País de fraca industrialização, e marcado por cinquenta anos de economia fechada e regime ditatorial, Portugal chega aos anos setenta do século passado sem modernização e com uma acentuada dicotomia norte/sul, polarizado regionalmente entre dois pólos de desenvolvimento industrial: metrópole e região de Lisboa e região Norte – o triângulo Porto/Aveiro/Braga (Medeiros, 1994)

³ A entrada das mulheres no mercado de trabalho no período pós-revolução foi uma mudança impulsionadora da terciarização do sector económico visto que a mão-de-obra feminina se empregou preferencialmente no sector terciário

De uma maneira geral, na segunda metade do século XX, a estrutura do trabalho alterou-se e empregos que anteriormente empregavam maioritariamente a mão-de-obra europeia são actualmente ocupações pouco representativas. O grosso da população da civilização ocidental trabalha agora no sector dos serviços. Simultaneamente a esta alteração sectorial, outras surgiram ao nível da estrutura do mercado de trabalho, nomeadamente as primeiras “crises do pleno emprego”, que surgem na década de 70 século passado e permanecem até hoje, tendo-se acentuado recentemente de forma dramática.

Simultaneamente, ao mesmo tempo que o trabalho se precariza ao nível formal, complexifica-se ao nível do conteúdo sobretudo em determinadas profissões, muitas das quais novas ou renovadas. Exemplos particularmente emblemáticos são as áreas da publicidade e marketing, outrora inexistentes e que surgem no século XX para atribuir valor a bens, simbólicos ou utilitários e motivar o seu consumo. Outros exemplos de áreas novas são os serviços de lazer, bem-estar social e da reciclagem (Santos, 2001).

Simultaneamente, permanecem largos contingentes de mão-de-obra empregues num terciário mais tradicionalmente ligado ao comércio, aos serviços administrativos ou às limpezas. A este respeito Freire (1997) introduz a distinção entre terciário pré-moderno caracterizado por um volume de emprego assinalável no pequeno comércio e em outras atividades tradicionais de prestação de serviços interpessoais e um terciário pós-moderno em que existem muitas e grandes empresas de vendas e prestação de serviços e ainda profissionais independentes de alta qualificação. As condições concretas de vida bem como as práticas e representações entre estes grupos de diferentes profissionais apresentam diferenças que marcam a heterogeneidade do sector terciário o que fundamenta a necessidade de encontrar outra classificação mais fina. (Oliveira, 2011)

A relação de trabalho complexificou-se para grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras e também ao nível dos e das profissionais altamente qualificados. O conceito de flexibilização dos projetos profissionais pode ser encarado como uma possível resposta ao fim do pleno-emprego e da estabilidade profissional, acarretando alterações na profissionalização de algumas atividades. Handy (1998) listou as profissões que se integram no terciário superior da economia e é interessante constatar que menciona os serviços eclesiais e os seguros (profissões "antigas") a par do processamento de dados, telecomunicações e investigação. A dificuldade de uma classificação deste tipo fica particularmente patente nas designações de "certos trabalhos de escritório" e "alguns serviços públicos"

A designação profissão é normalmente utilizada para identificar um grupo especializado, formado, competente e digno de confiança pública. Sociologicamente, profissão pode ser entendida como “o desempenho de uma atividade humana, apoiada num saber e em valores próprios, possuidora de atributos específicos e como tal reconhecida pelo todo social e confirmada pelo Estado” (Sarmiento, 1994: 38).

Neste estudo pretendemos referenciar não apenas o desempenho profissional mas também a posição social, definida ou conotada com base nas habilitações e na profissão, e que marca fortemente as vivências e a identidade do indivíduo, pelo que recorreremos ao conceito de profissionalidade. Maurice propôs o termo “profissionalidade” definido como a “posição num espaço de qualificação construído pela mediação de três relações sociais específicas: a relação educativa, que define um modo de socialização, a relação organizacional que remete para o modo de divisão do trabalho, e a relação industrial, que

diz respeito ao modo de regulação. Qualificação e competência são noções inteiramente relativas aos modos de articulação destas três relações sociais que definem a profissionalidade num contexto «societal»” (Maurice, 1986: 189).

A complexificação de certos empregos prende-se com alterações ao nível da educação-formação e da intelectualidade. A profissionalidade enquanto identidade social de pertença é hoje profundamente influenciada pela complexificação do trabalho.

Em Portugal, o aumento das habilitações tem ocorrido desencadeada por diferentes fatores: o aumento da escolaridade obrigatória; um progressivo crescimento das habilitações requeridas nos processos de recrutamento e um aumento da oferta de profissionais qualificados e qualificadas (embora esta oferta permaneça aquém dos níveis médios europeus). (Freire, 2008).

Nas últimas décadas o mercado de trabalho tem recebido a entrada de “volumes cada vez mais qualificados de novos sujeitos activos” (Freire, 2008: 169). Subjacente a esta dinâmica está uma relação complexa entre formação e emprego: partindo de níveis de qualificações mais elevados quanto ao saber teórico, estes e estas profissionais que exercem um trabalho técnico-intelectual, caracterizam-se por procurarem proactivamente construir uma carreira em torno da parilha formação/profissão, optando por uma continuidade formativa ou formação ao longo da vida, a par de outras estratégias de crescimento profissional.

A este respeito, Telmo Caria propõe o conceito de “intermediário do conhecimento” para tipificar o trabalho técnico-intelectual, significando com isto “estar em presença de grupos profissionais que devem o seu estatuto socioprofissional e lugar ocupacional à posse de um curso superior cuja formação de base é de natureza científica mas que não ocupam posições sociais relevantes na produção de conhecimento científico legítimo”, ou seja não são maioritariamente profissionais da investigação ou cientistas, são atores e atrizes, nas organizações e empresas onde trabalham, do processo de difusão científica. São intermediários porque ocupam uma posição social de fronteira entre o cientista e o cidadão comum e dispõem de certa autonomia resistindo “aos processos de racionalização técnica e/ou burocrática do trabalho” (Caria, 2002: 2).

Quanto à expressão quantitativa do trabalho intelectual em Portugal verifica-se uma alteração nas características da estrutura de emprego. Ao longo dos últimos anos, as profissões em que se verificou criação de emprego são as que exigem maior escolaridade e qualificação (quadros superiores, especialistas científico/as e intelectuais), e as profissões onde se observou destruição de emprego são as que exigem menos escolaridade e qualificação (agricultora/es e trabalhadora/es da agricultura e pesca, operário/as e trabalhadores/a similares, e trabalhadora/es não qualificados). Entre o 2º trimestre de 2001 e o 2º trimestre de 2004, foram criados 256 mil empregos nas profissões que exigem maior escolaridade e qualificação, tendo sido destruídos, ao mesmo tempo, 223 mil empregos nas profissões que exigem menor escolaridade e qualificação (IEFP, 2004). Geograficamente este trabalho localiza-se em *clusters* territoriais bem definidos, a saber Lisboa e Oeiras (Cardoso e outros, 2009; Nunes, 2004).

Este tipo de trabalho está, muitas vezes, relacionado com um uso intensivo e especializado das NTIC (Novas Tecnologias da Informação e do Conhecimento). O desenvolvimento destas tecnologias acompanhou a globalização das economias que se traduziu num maior fluxo de capitais entre os países e em alterações estruturais a nível económico, financeiro e social e os impactos no mundo do trabalho foram realmente

substanciais, contudo distintos do que se esperava. Até agora, tendencialmente, as novas tecnologias parecem sobretudo ter sido incorporadas nos fluxos de trabalho já existentes, agilizando-os (Cardoso e outros, 2008).

2. Profissionalidade e modos de vida

O debate sociológico sobre classes sociais é contemporâneo da própria Sociologia mas isto não é o mesmo que dizer que está encerrado, bem pelo contrário. As alterações provocadas na sociedade pela transição para uma economia de serviços em primeira mão e mais recentemente para uma economia globalizada, têm acendido o debate quanto ao impacto que estas mudanças têm na estrutura social. Segundo Crozier (1977), o terciário anunciava uma sociedade “sem classes”, com um alargamento da classe média que desconfigura a tradicional pirâmide da estrutura social. Também Daniel Bell (1973) falava do achatamento e des-hierarquização das relações de trabalho e da atenuação ou confusão dos modelos e classes sociais na sociedade de consumo. Num registo mais recente, Bauman (1999) defende que a globalização da economia cingiu a população mundial em “ricos globalizados” e “pobres deslocalizados”, pelo que deveríamos passar a equacionar a questão sobretudo em termos de desigualdades sociais. Dentro deste debate, uma perspectiva que aqui nos interessa particularmente é a que discute até que ponto os grupos profissionais constituem ou substituem as classes sociais. Para Maria de Lurdes Rodrigues as profissões não consubstanciam uma nova classe no sentido de posse de um conjunto de interesses comuns. São grupos estruturalmente heterogêneos e internamente estratificados que exercem poderes historicamente variáveis dentro das instituições que os enquadram (Rodrigues, 2002).

A este respeito, Beck destaca que não obstante os processos de *empowerment* do/a trabalhador/a das profissões intelectuais e científicas estes sofrem a perda de importância dos mecanismos sociais de enquadramento e a assunção directa de um maior número de riscos individuais e sociais (Beck em Beck, Giddens e Lash, 1994).

Apesar de este não ser um processo linear e estar ultimamente a sofrer os efeitos da crise económica com alguma desvalorização social das habilitações académicas, ainda assim os percursos de *empowerment* de certos estratos da sociedade representam na estrutura social novas formas de assimetria baseadas sobretudo no capital simbólico, no sentido de Bourdieu, e não tanto já no tradicional factor da propriedade. Analisar os padrões de consumo e os modos de vida torna-se uma ferramenta importante para o estudo da estratificação social mas, dado que o trabalho continua a ser um valor central na nossa sociedade (Freire e outros, 2000), deverá haver uma leitura multifactorial e complementar desta questão enquadrando as diferentes esferas de intervenção na vida social num modelo que seja capaz de as conjugar.

Neste processo elementos como o capital simbólico académico, o *status* profissional e o acesso a tecnologias de informação e conhecimento representam fatores diferenciadores e importantes nos mecanismos de mobilidade social. Um outro aspeto que se tem revelado importante para a compreensão dos atuais mecanismos de estratificação social são os padrões de consumo. O aumento expressivo das atividades de lazer e consumo, particularmente acentuado nas grandes cidades, traz novos dados caracterizadores dos processos de inserção e mobilidade social. Todos estes fatores consubstanciam estratégias

e modos de vida, ou seja, as características, opções, escolhas, constrangimentos que moldam e definem as quotidianidades em que os percursos de vida dos atores sociais se desenvolvem e que são simultaneamente produto e produtores da estrutura social que os emoldura (Guerra, 1993).

Acreditamos que o estudo dos padrões de mobilidade individual urbana devem e podem integrar este compósito visto que marcam decisivamente a vida social contemporânea. Esta questão, não obstante o seu indubitável interesse social e sociológico, tem sido pouco estudado pela Sociologia, ainda não tendo sido encarada a dimensão de vivência social que a caracteriza, a par de outras dimensões importantes mas já mais exploradas pelas ciências que tradicionalmente abordam esta questão, como é o caso da Geografia ou do Ordenamento do Território.

2.1 Profissionalidade e Mobilidade

A nossa proposta consiste em analisar a mobilidade de forma concomitante com outros processos sociais caracterizadores dos modos de vida urbanos e metropolitanos, com destaque para a profissão e com isso introduzir novas possíveis dimensões de análise social.

As mobilidades metropolitanas, em que se inserem as pendularidades⁴, aumentaram consideravelmente, contrariamente ao que se poderia esperar com o advento tecnológico. Acreditou-se que o grande impulso tecnológico das últimas décadas tornaria obsoleto o conceito vital de presencialidade no local de trabalho, substituindo a presença humana por alternativas tecnológicas como a videoconferência, o *instant messenger* e mesmo a própria ferramenta de *email* e uso corrente do telemóvel e de *internet* no telemóvel. Alguns autores defenderam que a sociedade iria ter de encarar o fim do trabalho como o conhecíamos (Rifkin, 1995). Nessa reconversão do conceito de trabalho pensou-se na década de 90 do século passado que o teletrabalho poderia assumir um papel preponderante fazendo uso das novas tecnologias disponíveis e permitindo a um contingente crescente de trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo do setor terciário qualificado, efetuarem as suas tarefas à distância, em casa. Era expectável que a prática desta nova modalidade alterasse profundamente a relação entre espaços e tempos profissionais e privados bem como que levantasse interessantes questões ao nível das fronteiras entre casa e trabalho. Mas a última década mostrou-nos que as mutações sociais emergentes das mudanças tecnológicas estão a decorrer de forma distinta. As novas tecnologias de informação e comunicação foram incorporadas na vida quotidiana, de forma particularmente ágil, modificando profundamente os processos de trabalho e de interação social, contudo não substituíram a presencialidade (Cardoso, 2008). Se o teletrabalho é uma realidade para um certo contingente de trabalhadores e tem algum potencial de crescimento, dificilmente se concebe nos tempos mais próximos uma sociedade em que o indivíduo não se desloque para trabalhar. Na verdade, até agora o efeito da incorporação tecnológica consubstanciou-se num “falar mais, comunicar mais e deslocar mais”, ou seja num potenciar da capacidade humana para a mobilidade e

⁴ Por pendularidade entende-se a deslocação espaço-temporal quotidiana entre local de trabalho e local de residência.

presencialidade emergindo um certo perfil de ubiquidade e simultaneidade graças ao potencial da presença virtual. As mobilidades urbanas mantêm-se, aumentaram em muitos locais e modificaram os seus contornos noutros, em termos de volume e complexidade, havendo hoje novos padrões de mobilidade urbana graças ao crescente uso do transporte individual e também a outros fatores como a flexibilização do mercado de trabalho e ao envelhecimento ativo da população, que fazem emergir novos motivos de deslocação (INE, 2003). A crescente procura de meios e formas de transporte deve pois ser interpretada não como uma reminiscência do passado e algo que expectavelmente deve mudar com o desenvolvimento das novas formas de comunicação à distância, mas como uma tendência forte do momento histórico e social atual e uma consequência do desenvolvimento. Ou seja, mobilidade e presencialidade conjugam-se na construção de um cenário social complexo e a mobilidade (e o automóvel pessoal enquanto expressão última desta mobilidade) é um dos factores definidores das sociedades contemporâneas.

Este aumento e complexificação das mobilidades urbanas afeta indivíduos e famílias e faz parte dum quotidiano físico e social com impactos ambientais, na saúde, nas dinâmicas urbanas, e nas políticas locais.

A mobilidade dos tempos atuais contribui para mudanças profundas na vida social porque simultaneamente a ter aberto importantes oportunidades define condicionantes às práticas e vivências quotidianas. A interação entre as diversas formas de mobilidade, física e virtual acelerou o ritmo das quotidianidades e repercutiu-se de forma decisiva na conceção da temporalidade.(Oliveira, 2011)

Concretamente em Portugal, a mobilidade urbana é um fenómeno quotidiano e expressivo na sociedade portuguesa, com efeitos em diversos campos e constitui parte integrante das preocupações ambientais e institucionais (Oliveira e Cruz, 2008). Nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o contingente diário de entradas e saídas diariamente duplica o número dos habitantes dos concelhos centrais das metrópoles (INE, 2003) e faz questionar quem realmente utiliza o espaço da cidade, se quem nela habita se quem para ela se desloca diariamente e a utiliza. Neste cenário, os contextos profissionais desempenham um papel fundamental visto que as deslocações por motivo de trabalho continuam a ser preponderantes.(Oliveira, 2011)

3. Estudo Empírico

3.1 Objeto de estudo e metodologia

O nosso objeto de estudo foram as mobilidades metropolitanas portuguesas (Lisboa e Porto) a partir dos usos quotidianos que os agentes sociais fazem dos seus tempos e espaços. Por mobilidades metropolitanas entendemos as deslocações físicas e as conectividades virtuais dos habitantes e utilizadores do espaço metropolitano em estudo. As últimas correspondem às mobilidades virtuais dos atores em estudo, concretizadas nos usos da tecnologia e que representam as conectividades, plasticidades e simultaneidades dos actores, na sua construção diária da vida social (Kaufmann e Flamm, 2006).

Os dados que a seguir se apresentam são os resultados parciais de uma investigação de doutoramento. Optámos por uma abordagem metodológica mista, associando o inquérito por questionário com as entrevistas em profundidade visto que acreditamos

profundamente na importância da complementaridade para este objeto de estudo simultaneamente vasto e pleno de subjetividade.

Os dados são resultado de um inquérito *online* a ativos e ativas residentes ou trabalhadore/as numa das duas áreas metropolitanas portuguesas e de 31 entrevistas em profundidade a respondentes do questionário. O inquérito foi aplicado entre Maio e Julho de 2007 e teve 1968 respondentes válidos. As entrevistas foram realizadas entre Outubro de 2007 e Junho de 2008. Foram posteriormente analisadas mediante análise de conteúdo temática. O tratamento dos dados do questionário foi feito por análise estatística univariada, bivariada e multivariada com o apoio da ferramenta informática SPSS, versão 17. Para a análise bivariada empregámos tabelas cruzadas e análise de correspondências (ANACOR). Para a análise multivariada empregámos a análise de correspondências múltiplas (ACM) e a análise de *clusters*.

3.2 Apresentação e análise de resultados

A média etária da nossa amostra⁵ é de 39 anos, a mediana 37 e a moda 32. O desvio padrão é de 8,5. As faixas etárias mais jovens (“*dos 18 aos 25 anos*”) e mais velhas (mais de 55 anos) estão pouco representadas o que se coaduna com um estudo direcionado para ativos e ativas.

Um estudo efetuado a nível nacional⁶ mostra que as faixas etárias “*dos 25 aos 34 anos*” e “*dos 34 aos 44 anos*” de idade utilizavam a *internet* em 2006 respectivamente na proporção de 50% e 35% (Cardoso e outros, 2008), o que significa que temos na nossa amostra uma sobre representação da população nacional utilizadora de *internet* na faixa etária “*dos 34 aos 44 anos*”. Este facto não se nos afigura conclusivo por estar condicionado à técnica de aplicação escolhida (administração *online* do questionário).

Sexo

Quanto à distribuição por sexo, na nossa amostra há uma quase igual representatividade dos dois sexos (50,4% de “*Homens*” e 49,6% de “*Mulheres*”). Nesta variável há uma grande diferença entre os nossos resultados e a distribuição da população utilizadora de *internet*, que é caracterizada por uma acentuada masculinização da utilização (Cardoso e outros, 2008).

Escolaridade

As e os respondentes do inquérito por questionário estão maioritariamente situado/as na franja dos 20% da população nacional com habilitações superiores (INE, 2003) e consequentemente esta amostra não é representativa da população nacional em termos de

⁵ Do inquérito por questionário

⁶ Devido à especificidade metodológica do inquérito ter sido aplicado diretamente *online*, considerámos pertinente proceder ao confronto dos dados obtidos com a população utilizadora de *internet* em Portugal para além da população portuguesa em geral, das áreas metropolitanas e das empresas envolvidas.

escolaridade. Cerca de 38% têm “*licenciatura*” e cerca de 18% concluíram estudos pós-graduados.

Tabela 1 Habilitações completas

Habilitações completas		
Habilitações	Frequência	Freq. Relativa
Licenciatura	754	38,3 %
12º Ano	462	23,5 %
Pós graduação, mestrado, doutoramento	349	17,7 %
9º ano	195	9,9 %
Bacharelato ou equivalente	169	8,6 %
6º ano	34	1,7 %
4º ano	5	0,3 %
Total	1968	100,0 %

Respostas válidas: 196899,8%

Não respondidas: 3 0,2%

Fonte: Oliveira, 2011

Ao estabelecermos uma comparação com os valores nacionais de utilização da *internet* por nível de escolaridade, verificámos que, em 2006, mais de 80% da população utilizadora de *internet* em Portugal tinham o ensino secundário completo ou qualificações de nível superior (Cardoso e outros, 2008), o que equivale à distribuição da nossa amostra no que se refere a habilitações e indica haver uma maior identificação da nossa amostra com este segmento do que com a população portuguesa em geral.

Se analisarmos as habilitações dos e das residentes nas regiões de Lisboa e Porto, constatamos que nestas áreas o crescimento, em termos de habilitações escolares, tem sido particularmente acentuado (Rodrigues, 2008: 231), o que se coaduna com os resultados para esta amostra, que se revelou muito escolarizada.

Adicionalmente constatámos que estamos perante uma população que tende a incrementar ainda mais as suas qualificações: a nossa amostra tem 22% de trabalhadores e trabalhadoras que também são estudantes. Este valor representa um forte investimento no aumento de qualificações e na formação ao longo da vida. Destes e destas atuais estudantes, 62% estão em estabelecimentos de ensino superior.

Profissão

A variável profissão foi codificada posteriormente à recolha de acordo com o nível 2 da CNP⁷. A percentagem de *missing values* é assinalável nesta questão (26%), o que poderá ter causado enviesamento nos resultados pelo que os mesmos devem ser interpretados com as devidas ressalvas.

O grupo dominante é o dos e das “*especialistas das profissões intelectuais e científicas*” (55%), que se decompõe maioritariamente em “*gestore/as*”, “*engenhaira/os*”, “*analistas de sistemas*”, “*técnico/as de qualidade*”, “*professore/as*” e outras profissões típicas do setor terciário, o setor empregador dominante do universo inquirido (99%). Trata-se de um terciário altamente qualificado, identificável com a classe profissional dos “analistas simbólicos” (Reich, 1993), não obstante a presença ainda significativa de um terciário de tipo mais tradicional (cerca de 10%) de “*empregados de escritório e comércio*” e “*administrativos*”.

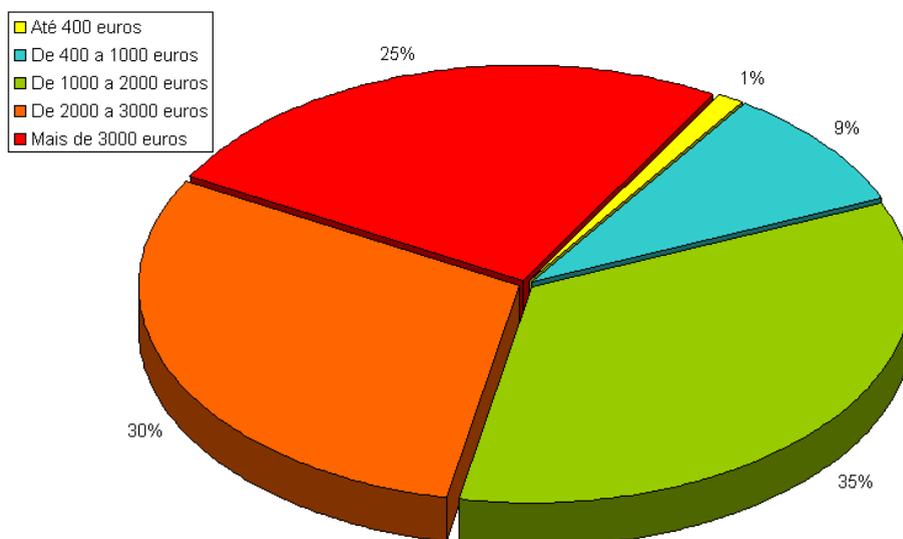
Confrontando com dados nacionais, esta distribuição de profissões é díspar dos últimos Censos (INE, 2003), o que indica estarmos perante um segmento populacional específico, maioritariamente associado ao desempenho de profissões intelectuais e científicas.⁸

A área de Lisboa tem a maior concentração nacional de profissionais intelectuais e científicos, setor que lidera a construção da economia do conhecimento (Cardoso, 2009) bem como a maior concentração de profissionais TIC, seguida pelo Porto (Nunes, 2004).

⁷ Classificação Nacional das Profissões, para mais informação ver <http://www.iefp.pt/formacao/CNP/Paginas/CNP.aspx>

⁸ Lamentavelmente ainda não existem dados disponíveis dos Censos de 2011 sobre a variável profissão, mas os que já estão disponíveis sobre a escolaridade (não obstante as alterações introduzidas pelo INE na abordagem da variável) permitem supor que o grupo 3 da CNP terá sofrido um aumento considerável mas certamente aquém dos 55% de representatividade dos nossos dados. Não esquecer que este peso está condicionado à questão dos *missing values*.

Rendimentos



Fonte: Oliveira, 2011

Gráfico 1 Nível de rendimentos líquidos do agregado familiar

Estamos perante uma população que ganha tendencialmente acima da média nacional. Apenas 9% tem rendimentos mensais inferiores a 1000 euros e uma percentagem relativamente elevada (25%) auferem “*mais de 3000 euros*” mensais o que corresponde a cerca de 6 ordenados mínimos nacionais. A faixa “*1000 aos 2000 euros*” corresponde a 35% dos e das respondentes e a faixa dos “*2000 aos 3000 euros*” a 20% .

Analisando a distribuição de rendimentos de acordo com a região, constatamos que é precisamente na região da AML que se ganha mais: 1099 euros mensais para a região de Lisboa, 1283 para o município de Lisboa e 1425 para Oeiras⁹.

Situação de trabalho

Apenas cerca de 8% trabalham “*por conta própria (com e sem empregados)*”, havendo uma notória preponderância do “*trabalho por conta de outrem*” neste segmento populacional, o que segue a tendência nacional para a empresarialidade e o assalariamento (Freire, 2008).

No mesmo registo, apenas 6,3% tem um emprego com mobilidade. Estamos perante uma população caracterizada por uma fixação espacial em termos de localização do

³³ Estes valores são de 2003. Não conseguimos obter dados da AMP para a mesma altura mas admitimos que a tendência verificada em 2000 se mantém, “trabalhar na região Norte (...) implica receber em média menos 17%, no caso dos homens, ou 5%, no caso das mulheres, do que em LVT” (Mota, 2001:8)

trabalho, centralizada sobretudo em dois ou três concelhos das duas áreas metropolitanas¹⁰.

Proactividade profissional

A população demonstra proactividade num desempenho profissional que se caracteriza por ser tipicamente de trabalho dependente: atividades como a "*procura de formação*" e de "*soluções para problemas técnicos*" têm níveis de atividade muito superiores à "*procura de clientes ou parcerias*".

A elevada representatividade deste tipo de tarefas vem corroborar um cenário de complexidade funcional do quotidiano laboral da população em estudo.

Transporte usado na deslocação casa/trabalho

Mais de metade (57%) utiliza apenas o "*carro particular*" e somando a 19% que utiliza um misto de "*transporte público e próprio*", ficamos com quase 80% da nossa população a usar o carro para se deslocar diariamente para o trabalho contra menos de 20% que utiliza "*exclusivamente transportes públicos*".

Frequência com que se desloca em veículos motorizados

Tabela 2 Frequência com que se desloca em veículos motorizados

Frequência com que se desloca em veículos motorizados								
Frequência	Carro		Trans. Públicos		Mota		Avião	
	Freq.	F. Rel.	Freq.	F. Rel.	Freq.	F. Rel.	Freq.	F. Rel.
Todos os dias	1357	74,0 %	578	36,7 %	35	2,9 %	1	0,1 %
Todas as semanas	203	11,1 %	144	9,1 %	10	0,8 %	5	0,4 %
Ocasionalmente	232	12,6 %	632	40,1 %	75	6,2 %	750	58,5 %
Nunca	43	2,3 %	222	14,1 %	1092	90,1 %	527	41,1 %
Total	1835	100,0 %	1576	100,0 %	1212	100,0 %	1283	100,0 %

Respostas válidas: 1835 93,1 % 1576 80,0 % 1212 61,5 % 1283 65,1 %

Não respondidas: 136 6,9 % 395 20,0 % 795 38,5 % 688 34,9 %

Fonte: Oliveira, 2011

¹⁰ Lisboa, Sintra e Oeiras na AML e Porto e Gaia na AMP

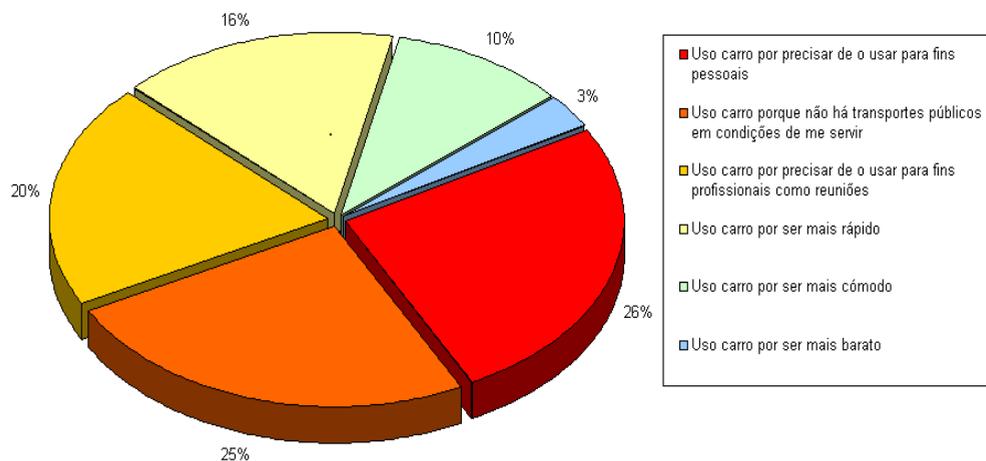
De uma maneira geral, estamos perante uma população muito automobilizada. O valor dos que se deslocam diariamente de carro é superior aos que vão para o trabalho de automóvel pelo que podemos concluir que mesmo os e as que fazem trajecto pendular exclusivamente de transportes públicos, acabam por utilizar o carro para outras actividades.

A mota é uma opção residual, apesar das vantagens que oferece em termos de trânsito.

Apenas 14% “*nunca usa transportes públicos*” o que face aos dados nacionais indica uma população muito móvel e com diversidade e complementaridade de meios de transporte. Há 58% que se “*desloca ocasionalmente de avião*”, face a 41% que nunca o faz.

Principal razão para usar o meio de transporte que usa

As duas principais razões para usar transporte privado são necessidades de mobilidade (46% do total de inquirido/as que utilizam o transporte privado – 57% da população) para - “*fins pessoais*” (26%) e “*fins profissionais*” (20%) e a incapacidade da rede de transportes públicos de suprir as necessidades individuais (25%).



Fonte: Oliveira, 2011

Gráfico 2 Razões do uso do automóvel privado

Inquiridos e inquiridas sobre a representação mental que têm do seu veículo automóvel, constata-se que este é percebido primeiramente como um “*instrumento útil ao serviço da família e da qualidade de vida*” num registo mais funcional; em segundo lugar como “*veículo de liberdade e mobilidade*”, que classificamos como um

perspectiva mais atitudinal; e, ainda com bastante expressão (13%), é visto como “*instrumento de trabalho*” numa ótica mais profissional.

Análise de dados qualitativos

Em todos os entrevistados e entrevistadas a mobilidade era representada antes do mais como uma necessidade. Uma frase emblemática de um entrevistado sobre esta questão foi “...*é impossível viver sem carro em Portugal (ent. PTb)*” (Oliveira, 2011: 265). Nesta questão, as necessidades familiares surgem como a primeira causa da necessidade de mobilidade e as necessidades profissionais a segunda, com particular destaque para a situação de imponderabilidade do horário de saída do trabalho. As outras representações mais significativas com que nos deparámos foram a mobilidade como liberdade (de movimentos e face a constrangimentos) e mobilidade como estratégia de viver e percorrer a cidade e/ou de conciliar diferentes espacialidades, no caso dos e das pendulares. Em todos estes cenários emerge a mobilidade automóvel, ou automobilidade, como o meio para se conseguir articular as diferentes atividades e necessidades quotidianas, ou seja, como a única forma de se ter efetivamente mobilidade.

Encontrámos cinco casos distintos de *trabalhadores móveis*, ou seja, trabalhadores cujas atividades profissionais exigem e pressupõem mobilidade. Os dados recolhidos permitem aventar a existência de assinaláveis traços distintivos nestes casos, em termos de vivências profissionais e da relação com a dimensão “mobilidade”, que, se destaca no sentido duma relação preferencial com o automóvel mais acentuada. Apresentamos em seguida alguns excertos ilustrativos.

“Como vendedor, tenho uma carteira de clientes que preciso visitar regularmente e que só de carro lá chego. O carro é excelente porque aproveito para tratar de assuntos meus de passagem e tenho o portátil do trabalho e posso ir fazendo coisas enquanto, por exemplo, espero por um cliente que ainda não veio do almoço.” (ent W)

“Chego a fazer mais de 10 viagens por mês e estar metade do mês fora de casa. Com os miúdos é chato, mas é preciso. Às vezes confesso que não sei se me ia adaptar a perder esta mobilidade. A mobilidade é viciante.” (ent V)

“Faço tudo ao volante: organizo os trajectos e a agenda diária, faço ao telemóvel, tomo o pequeno-almoço, almoço e lanche (quando há tempo para isto tudo), converso com a minha filha que vai comigo de manhã e ainda converso com os meus “clientes”. Na verdade neste momento a minha vida é quase toda dentro do carro.” (ent N)

Análise bivariada

A ANACOR entre “*transporte na deslocação casa-trabalho*” e “*nível de rendimentos*” acusou uma relação muito significativa embora fraca (Phi de 0,223 e significância de 0,000). A explicação para ser uma relação fraca prende-se certamente com o facto de a representatividade das categorias de transportes públicos nesta população serem baixas. Não obstante, denotou-se claramente uma tendência para os escalões de rendimentos mais baixos estarem associados ao uso de transportes públicos como modalidade única ou em meio misto.

Análise multivariada

Por meio de uma análise de correspondências múltiplas (ACM) seguida de uma análise de clusters (K-means) lográmos identificar dois clusters que expressam a relação de associação intentada entre os perfis de mobilidade e as variáveis de identidade socioprofissional. Os indicadores que mais contribuem para diferenciar os dois *clusters* e que mais discriminaram na ACM são: o “*transporte casa-trabalho*”, o “*tempo gasto na deslocação*”, a “*profissão*”, o “*género*”, a “*idade*” e o “*nível de rendimentos*”.

O *Cluster 1*, ao qual se chamou “*Conduzidas*”, é um *cluster* que se caracteriza por agrupar os elementos que levam mais tempo na deslocação casa-trabalho, que fazem sobretudo uso de transportes públicos e meios de transporte mistos, é um cluster mais jovem e feminino e com maior presença de pessoas com rendimentos mais baixos. Nas profissões, tem superior percentagem de técnicos intermédios e pessoal administrativo. O *Cluster 2*, denominado por nós de os “*Condutores*” agrupa os respondentes mais rápidos na deslocação casa-trabalho, que fazem sobretudo uso de meios motorizados próprios, é um *cluster* mais velho e masculinizado e com maior presença de rendimentos mais elevados. Nas profissões tem superior percentagem de especialistas das profissões intelectuais e científicas e quadros superiores.

3.3 Discussão

Um aspeto importante da nossa pesquisa foi a comprovação das áreas metropolitanas portuguesas como zonas de concentração de competências diferenciadoras e das franjas de trabalhadores altamente qualificados. Adicionalmente e a confirmar o que esperávamos e havíamos estabelecido em hipótese de trabalho, verificámos que a esta fixação das atividades mais qualificadas se alia à localização das mobilidades mais complexas, o que abre a porta à comprovação de uma relação entre trabalho e mobilidade.

Os resultados mostraram-nos estarmos perante uma composição social relativamente homogénea quanto à sua sociografia. É uma população de habilitações elevadas e com uma representação acentuada de pessoas com pós-graduações, mestrados e doutoramentos, diferentemente da tendência da população portuguesa (INE,2001). É também uma população que trabalha essencialmente no setor terciário, com uma prevalência de “especialistas das profissões intelectuais e científicas”, o que aliado ao elevado nível de rendimentos, determinou a conotação desta população com as referidas *novas classes médias*. Esta população apresenta também algumas afinidades com o perfil de trabalhador TIC em Portugal¹¹, que agrega “trabalhadores com elevados níveis de habilitações (...) e uma remuneração média mensal líquida muito superior à média nacional.” (Nunes, 2004: 7).

Simultaneamente, confirmou-se estar perante uma população muito móvel, com uso frequente dos diversos meios de transporte ao seu dispor. É uma população motorizada,

¹¹ Não obstante especificidades que a diferenciam, como uma elevada representatividade do sexo feminino e uma estrutura etária mais madura do que a apontada para o referido perfil. (Nunes, 2004: 7); no entanto, há claras semelhanças que se explicam facilmente se tivermos em conta que pelo menos 36% da amostra são trabalhadores do sector das Telecomunicações

expressando de forma muito acentuada a tendência nacional de aumento do uso do automóvel individual como meio de deslocação casa-trabalho, patente no último recenseamento da população (INE, 2003).

Os dados qualitativos das entrevistas permitiram-nos comprovar a importância dada à mobilidade, que emerge enquanto um modo de vida e valor de referência para a população em estudo, em particular a mobilidade automóvel ou automobilidade, referenciada como a única forma de se conseguir articular as diferentes atividades e necessidades quotidianas.

À partida parecem estar estabelecidas as premissas para a comprovação da possível concomitância entre profissionalidade e mobilidade que esperávamos encontrar nas metrópoles portuguesas, sendo que a mesma se pauta por linhas de contorno bem delimitadas, que foi possível interpretar com base na análise multivariada efetuada: uma população muito homogénea mas em que se consegue detetar dois perfis distintos definidos sobretudo a partir da profissão, nível de rendimentos e género, diferenças essas que interessantemente se reproduzem nos perfis de mobilidade, sendo que são os indivíduos mais automobilizados e mais móveis que correspondem precisamente aos mais habilitados e melhor remunerados.

A constatação de que a profissionalidades mais complexas andam aliadas mobilidades mais complexas e/ou vice-versa, deixa em aberto a reflexão sobre em que medida os padrões de mobilidade se reproduzem socialmente no sentido de uma construção de um modo de vida e/ou num "efeito classe média" (Estanque, 2003), o que poderá ser uma possível explicação para a continuidade da tendência do aumento da (auto) mobilidade no momento atual e num cenário socioeconómico que, desde 2007, seria exetavelmente adverso¹². Em qualquer das possibilidades, parece-nos que o modelo de análise por nós desenvolvido enriqueceu a análise visto que comprovou a complexidade do tecido social atual e as fortes interligações entre as questões ligadas ao trabalho e questões que tradicionalmente são associadas a outras esferas mas que têm forte potencial heurístico para a compreensão do mundo atual do trabalho.

Entre as profissionalidades do terciário contemporâneo e os padrões de mobilidade metropolitana tecem-se situações de interdependência e reciprocidade que analisadas nos ajudarão certamente a compreender melhor a falência de intervenções e políticas que não as consideraram e a perspetivar intervenções futuras mais acutilantes.

¹² Partimos aqui do pressuposto de confirmação das expetativas de continuidade da tendência de aumento e complexificação das mobilidades metropolitanas nos próximos Censos

Referências

- Almeida, Paulo Pereira (2004), "A servicialização do trabalho: Perspectivas e tendências", *Sociologia, Problemas e Práticas*, (44), 83-107.
- Bauman, Zygmunt (1999). *Globalização: As Consequências humanas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- Beck, Ulrich. "Reflexive modernization: Politics, tradition and aesthetics in the modern social order", em Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash (1994), *Reflexive modernization*, Stanford, California, Stanford University Press.
- Bell, Daniel (1973), *O advento da sociedade pós-industrial*, São Paulo, Cultrix.
- Cardoso, Gustavo e outros (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Lisboa, Campo das Letras.
- Cardoso, Gustavo e outros (2008), *A Internet em Portugal (2003-2007)*, Lisboa, Obercom. [Consult. 13 Mar. 2009]. Disponível em <<http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes2/Sociedade em Rede.pdf>>.
- Cardoso, Gustavo e outros (2009), *A Sociedade em Rede em Portugal: Apropriação do Telemóvel na Sociedade em Rede*. Lisboa, Obercom. [Consult. 10 Fev. 2010]. Disponível em <http://www.obercom.pt/client/?newsId=548& fileName=fr5_sr_2008.pdf>.
- Caria, Telmo, "O trabalho na fronteira entre a ciência e o senso comum: Acerca do trabalho profissional técnico-intelectual do especialista", em (2002) *VII Congresso Luso-Africano De Ciências Sociais: As Linguagens da Lusofonia*, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes. [Consult. 17 Jun. 2007]. Disponível em <http://home.utad.pt/~des/ acervo_des/2002cartelhrafro22.doc>
- Castells, Manuel (2002), *A era da informação: Economia, sociedade e cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Crozier, Michel; Friedberg, Erhard (1977), *L'acteur et le système*, Paris, Seuil.
- Estanque, Elísio, "O 'efeito classe média': Desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI", em Manuel Villaverde Cabral; Jorge Vala; André Freire (org.) (2003), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, ICS/ISSP [Imprensa de Ciências Sociais], 69-105.
- Freire, João (1997), *Variações sobre o Tema Trabalho*, Porto, Afrontamento.
- Freire, João (2008), *Economia e sociedade: Contributos para uma sociologia da vida económica em Portugal na viragem do século*, Lisboa, Celta.
- Freire, João e outros (2000), *Atitudes face ao emprego, trabalho e tempo livre: Os processos de motivação para o trabalho, a formação e a iniciativa*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Guerra, Isabel (1993), "Modos de vida: novos percursos e novos conceitos", *Sociologia: Problemas e Práticas*, (13), 59-74.
- Handy, Charles (1998), *A era do paradoxo*, 2ª ed, Mem Martins, Cetop.
- IEFP (2004), *Situação do mercado de Trabalho – Relatório Semestral*, [S.l.], IIEFP [Instituto do Emprego e Formação Profissional]. [Consult. 21 Dez. 2009]. Disponível em <http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/Relatorios/Semestrais/Documents/Rsemestral_1_Sem_04.pdf>
- INE (2011), *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE [Instituto Nacional de Estatística].
- INE (2001), *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE [Instituto Nacional de Estatística].
- INE (2003), *Movimentos pendulares na área metropolitana de Lisboa 1991-2001: Deslocações entre o local de residência e o local de trabalho*, Lisboa, INE [Instituto Nacional de Estatística].
- Kaufmann, Vincent; Flamm, Michael (2006), "Operationalising the Concept of Motility: A Qualitative Study", *Mobilities*, (vol. 1, nº 2), 167-189.
- Maruani, Margaret; Reynaud, Emmanuèle (1993), *Sociologie de l'emploi*, Paris, Découverte.

- Maurice, M., “La qualification comme rapport social: À propos de la qualification comme mise en forme du travail” , em Robert Salais e Laurent Thevenot (org.) (1986), *Le travail: Marchés, règles, conventions*, Paris, Economica, 179-192.
- Medeiros, Fernando (1994), “A teoria do dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização”, *Análise Social*, (vol. XXIX, nº 125-126), 81-119.
- Oliveira, Catarina Sales (2011), *Mobilidades e classes médias em contexto metropolitano*, Lisboa, ISCTE/IUL [Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa / Instituto Universitário de Lisboa], Tese de doutoramento.
- Oliveira, Catarina Sales e Cruz, Maria João (2008). “Urban Mobility Patterns and the Use of Public Transports in Portugal” em *CLIMA* [Online]. [S.l.: s.n.], 2008. [Consult. 13 Jun. 2009]. Disponível em:<URL:http://www.apea.pt/xFiles/scContentDeployer_pt/docs/Doc142.pdf>.
- PORDATA e INE (2012), *Inquérito ao Emprego 2011, dados trabalhados por PORDATA*, Última actualização: 2012-06-29 15:04:15.
- Nunes, Flávio (2004), “O perfil-tipo do trabalhador TIC em Portugal”, *Revista TEXTOS de la CiberSociedad*, (4), [Consult. 12 Jan. 2006]. Disponível em <<http://www.cibersociedad.net>>.
- Reich, Robert (1993), *O trabalho das nações*, Lisboa, Quetzal.
- Rifkin, Jeremy (1995), *La fin du travail*, Paris, La Découverte.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (2002), *Sociologia das Profissões*, 2ª ed, Oeiras, Celta Editora.
- Rodrigues, Walter (2008), *Cidade em transição: Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa*, Lisboa, ISCTE [Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa], Tese doutoramento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), *Portugal: Um retrato singular*, Porto, Afrontamento.
- Santos, Norberto (2001), *Sociedade de Consumo e os Espaços Vividos pelas Famílias: A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*, Lisboa, Edições Colibri.
- Sarmiento, Manuel Jacinto (1994), *A Vez e a Voz dos Professores: Contributo para o estudo da cultura organizacional da escola primária*, Porto, Porto Editora.